

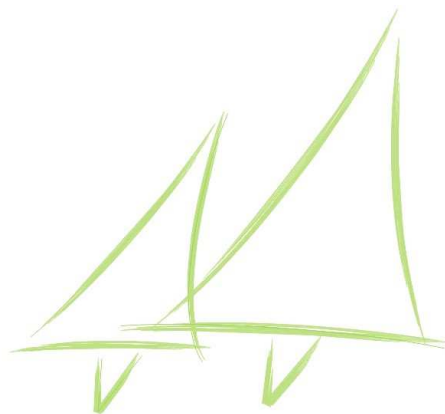
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



141 - COOPERATIVAS DE COSTURA NA REGIÃO DE CIANORTE-PR: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE¹

O rol das cooperativas na luta contra a pobreza, pelo comércio justo e pelo trabalho digno

Ângela Maria de Sousa Lima²
angellamaria@uel.br
Universidade de Campinas

Resumo:

No contexto da flexibilização, informalidade e terceirização do trabalho e, por outro lado, do aumento do desemprego e a desregulamentação dos direitos trabalhistas, tentamos observar em que medida as cooperativas no setor de confecções da região de Cianorte-PR se constituem em uma alternativa para os trabalhadores, em termos de geração de emprego e renda, e/ou uma forma de exploração funcional da classe trabalhadora. Por isso, para tentar responder à estas questões, objetivamos analisar a percepção que as trabalhadoras e os trabalhadores têm dessas transformações; diagnosticar as relações de gênero na análise das condições de trabalho; analisar a trajetória de vida de seus componentes; e o modo como enxergam a cooperativa e sua inserção nela. Hipotetizamos existir correlações entre o redimensionamento do trabalho subcontratado por meio dessas cooperativas e as transformações recentes provocadas pela reestruturação produtiva nesse setor, especialmente na produção do jeans.

Palavra-chave: confecções; reestruturação produtiva; cooperativas

¹ Proposta de artigo para: V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela UNICAMP, sob orientação da Profa Dra. Ângela Maria Carneiro de Araújo. E-MAIL: angellamaria@sercomtel.com.br.

Abstract:

In the context of the *flexibilização*, *informalidade*, and *terceirização* of the work and, on the other hand, of the increase of the unemployment and the deregulation of the labor laws, we tried to observe in that measured the cooperatives in the section of makings of the area of Cianorte-PR they are constituted in an alternative for the workers, in terms of employment generation and income, and a form of functional exploration of the working class. Therefore, to try to answer to these subjects, we aimed at to analyze the perception that the workers and the workers have of those transformations; to diagnose the gender relationships in the analysis of the work conditions; and the way and the as they see the cooperative and your insert in her. We believed to exist correlations among the change of the work subcontracted through those cooperatives and the recent transformations provoked by the productive restructuring in that section, especially in the production of the jeans.

Key-words : makings; productive restructuring; cooperatives.

Cooperativa Como Alternativa de Emprego e Renda

Alguns entendem que o cooperativismo de trabalho consiste numa das formas mais modernas e atualizadas de relação entre o trabalhador e o novo mercado de trabalho, “não configurando, assim, uma forma de marginalização ou precarização, mas uma adequação aos novos tempos de competitividade”, tendo inclusive um papel importante na medida em que consiste numa alternativa viável de inserção, contribuindo para minimizar a exclusão social, intensificada como o aumento do desemprego estrutural. (CAMPOS, 2004: 278)

Como apresenta Lins (2001: 50), a via cooperativa mostra-se especialmente sedutora pelo que representa como oportunidade em termos de autonomia dos trabalhadores, em contraste com os vínculos de assalariamento e com a relação com os patrões. Não menos atraente é o fato de os rendimentos obtidos pelos trabalhadores organizados apresentarem proporcionalidade ao que cada associado contribui para o empreendimento coletivo.

Posição de defesa é tomada por Arruda (1997: 9), quando associa essa forma de organização “a um tipo de conduta em que se “inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes”. Para ele, o cooperativismo autogestionário, transformado em projeto estratégico, pode ser o meio mais adequado para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia. Arruda destina a este tipo de conduta um significado próximo ao de uma “cidadania ativa” apta a lubrificar a emergência de uma “globalização cooperativa” no seio de um processo sinérgico marcado pelo enlace solidário em todos os campos”. Já para Singer, o conceito de Economia Solidária possui diversas acepções, mas conserva, em comum, a contraposição entre a solidariedade e o individualismo competitivo predominante na sociedade capitalista. Trata-se de organizações de produtores em forma de autogestão: na igualdade de direitos de todos os membros; na propriedade comum do capital, numa distribuição mais igualitária, bem como em sua gestão democrática. A cooperativa seria, por excelência, o tipo ideal de

empreendimento solidário, voltado aos desempregados, aos trabalhadores em via de perder o emprego e aos pobres. Constitui-se resposta à reestruturação econômica capitalista e às suas conseqüências na precarização do trabalho e da vida social (Apud LIMA, 2004: 17)

Nesse contexto, Guimarães, Korosue e Oliveira (2003) comentam que teoricamente as cooperativas deveriam ser uma alternativa face ao desemprego, fonte de renda para um contingente expressivo de trabalhadores, e praticarem uma forma avançada de gestão democrática e participativa (autogestão), com o controle dos meios de produção pelos trabalhadores, porém, na prática, crescem as críticas por parte das organizações sindicais, juristas e pesquisadores sociais, que as vem denunciando por praticarem, de forma precarizada, a intermediação da mão-de-obra sem as mínimas garantias de direitos sociais e trabalhistas.

É evidente, como já afirmou Andrade (1999), que esses problemas não podem ser generalizados a todas as cooperativas. Para o autor não se pode deixar de observar que as cooperativas de trabalho trouxeram a muitos trabalhadores a possibilidade de subsistência e de gerirem seu próprio negócio. O que importa é a aplicação das cooperativas de trabalho nos moldes da lei, do contrário, não se praticará uma relação de associação, e sim de emprego.

Na verdade, as cooperativas deveriam representar a participação da classe trabalhadora na construção de um modelo de desenvolvimento econômico, não caracterizado pelo estigma da exclusão social. Deveria ser um meio para se resolver, em partes, os problemas de geração de emprego e renda, “um modelo democrático autogestionário de gestão e produção, onde as decisões e o controle pudessem ser exercidos pelos próprios trabalhadores, constituindo-se no que se tem denominado conceitualmente de empreendedorismo *de economia popular e solidária*”. (CAMPOS, 2004: 280)

Guimarães, Korosue e Oliveira (2003) lembram que o estatuto de uma cooperativa de trabalho deve contemplar como o associado participará das decisões, dos controles administrativos e dos rendimentos, dizem ainda que o mais importante nesse tipo de associação não é o capital, mas a cooperação e a solidariedade vigente entre as pessoas. E Scheneider e Vicente (1996) afirmam que o surgimento e a expansão do trabalho cooperativo, nos anos 90, teriam representado tentativa de resposta às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, acompanhada da crescente automação e informatização nos processos produtivos, gerando a crise de desemprego. Tais cooperativas constituem igualmente uma oportunidade de renda para muitos excluídos da sociedade. Há um duplo aspecto a ser considerado na disseminação das cooperativas, segundo Lins (2001: 48), “o de reação às adversidades crescentes e o de garimpagem de melhores possibilidades de renda e vida, ambos entremeados e complementares”.

Para Bunchaft e Gondim (2004: 118) as organizações cooperativas de trabalho possuem três características fundamentais: “a propriedade coletiva do capital, a gestão cooperativa e a repartição coletiva do trabalho e das sobras líquidas para os associados.” Essa exige uma reorientação nas relações de trabalho, distinta da socialização profissional vigente na iniciativa privada.

Os autores (2004) comentam duas grandes dificuldades existentes na prática das experiências cooperativas no Brasil. A primeira reside no fato de que a experiência de cooperativismo de trabalho é recente no país, especialmente na região nordeste e não é possível estimar com precisão quais as reais chances de sobrevivência dessas organizações no mercado. A segunda dificuldade é a formação da identidade de grupo. Segundo relatam Bunchaft e Gondim (2004), é a necessidade de uma remuneração fixa mensal que leva os trabalhadores a ingressarem em uma cooperativa de trabalho. E, sendo assim, há uma tendência de tomar como modelo as relações empregatícias verticais (patrão-empregado), baseado no assalariamento, e em valores individualistas, o que se torna uma limitação para a constituição de uma identidade grupal fundamentada na cooperação.

Para Santos e Rodriguez (2002) as cooperativas no país estão aprisionadas a dois dilemas estruturais: a lentidão na tomada de decisões por respeito às normas e aos princípios democráticos que regem o cooperativismo, muitas vezes incompatível com as demandas de curto prazo do mercado e o montante de capital necessário à sustentação de cooperativas populares de trabalho, obtido por meio de investidores externos (com objetivos, muitas vezes, distintos dos princípios dessa modalidade de organização) ou por órgãos financiadores governamentais.

Devem ser acrescentados os fatores psicossociais que, segundo Bunchaft e Gondim (2004), influenciam a organização cooperativa e que, uma vez observados, ajudam a compreender a formação da identidade organizacional dos cooperados.

O primeiro deles diz respeito ao processo de socialização do indivíduo [...] o segundo fator está relacionado a um processo que ocorre dentro do próprio grupo, a coesão grupal, que facilita a união dos membros e seu comprometimento com as atividades da organização. [...] o terceiro fator é relativo ao perfil da organização, pois a forma como as cooperativas são criadas, repercute na construção de sua identidade organizacional. [...] o quarto fator é a legitimação do poder na cooperativa e se encontra relacionado à participação de cada cooperado. (BUNCHAFT e GONDIM, 2004: 122)

A disseminação do trabalho cooperativo no Brasil teve lugar no interior desse contexto francamente desfavorável para os trabalhadores. A rigor, tal crescimento é iluminado quando se lhe associam mudanças econômicas e institucionais observadas nos últimos anos. (LINS, 2001: 45). Como afirma Pangea (1998) é a partir dos anos 90 que o movimento do cooperativismo começa, em geral, a se estabelecer entre os trabalhadores de baixa renda e essas formas de organização enfrentam inúmeras dificuldades para sua sobrevivência. Uma delas é a dificuldade de acesso ao crédito e ao financiamento.

A recuperação de empresas em situação falimentar é só um dos terrenos em que o trabalho cooperativo proliferou, como sublinha Tesch (1995). Esse tipo de organização tem se enraizado especialmente no âmbito dos movimentos populares, pelas possibilidades de inserção econômica, oferecidas

aos grupos sociais em piores condições. “Na esfera dos movimentos populares o trabalho cooperativo aparece vinculado à idéia de ‘economia solidária’.” (LINS, 2001: 49)

De um modo geral, os motivos básicos da proliferação das cooperativas de trabalho no Brasil não parecem diferir dos que estão por trás do crescimento dessa forma de organização em diferentes realidades socioeconômicas, em escala planetária. (LINS, 2001: 46)

A Cooperativa como “Ponta Precária”

Distintas experiências vinculadas à produção industrial têm estimulado alguns estudiosos a considerar a própria eclosão das cooperativas de trabalho e de produção como um aspecto da crescente precariedade das relações de trabalho no Brasil. Com base no que vem sendo percebido no nordeste brasileiro, nos setores de produção confeccionista e calçadista, Lima (1998: 227) sintetiza bem esse tipo de posição;

para os trabalhadores [...] a cooperativa – da forma como está sendo experimentada – representa precarização de suas condições de trabalho pela flexibilização ‘de fato’ das relações de trabalho que acarreta. Pode-se falar de retrocesso frente ao trabalho assalariado e às condições dos trabalhadores, que bem ou mal garantem direitos mínimos.

Lins (2001: 52) explica que a realidade que inspira esse tipo de análise permite notar uma tendência de substituição do trabalho assalariado pelo trabalho autônomo, disponibilizado através de cooperativas que muitas vezes são criadas para beneficiar empresas interessadas em reduzir custos fixos e em ampliar a flexibilidade no uso da mão-de-obra. Desse modo, estas “despontariam muito mais como opções para as empresas, tendo em vista que facilitam a redução nos custos e o aumento da flexibilidade, e não como alternativa aos trabalhadores confrontados com as adversidades do momento atual.”

Experiência semelhante foi percebida no interior do Ceará por Maria V. C. Moreira, ao analisar cooperativas de confecções, especialmente de calças jeans, que prestavam serviços para uma única firma, que vendia o produto final para empresas locais e compradores estrangeiros. “A grande maioria dos membros das cooperativas de confecções era formada por mulheres de pequenas cidades da região do Maciço de Baturité, área escolhida pelo governo do estado do Ceará para sediar um pólo industrial de confecções.” (1997: 354).

Para a autora, estas cooperativas têm sido um importante instrumento através do qual o capital tem organizado o trabalho da mulher no interior do Ceará. “Elas exemplificam bem as estratégias do capital dentro deste contexto da reestruturação produtiva, aonde o emprego estável, protegido por leis que asseguram inúmeros benefícios, cada vez diminui mais, surgindo “novos” modelos de organização de trabalho reinventados pelo capital.” (MOREIRA, 1997: 359)

As cooperativas analisadas por Moreira, classificadas por ela como sendo de produção ou trabalho, “diferem da ideologia do movimento cooperativista do século passado, pois subestimam o propósito ideológico de autonomia e liberdade dos trabalhadores frente ao capital”. (1997: 371) Seu estudo revela que as cooperativas de confecções do Maciço de Baturité se parecem com "coletividades controladas" já que o trabalho, o capital, a administração, a gerência e a venda de produtos, são controlados por forças externas. Os cooperados não têm muito poder de barganha, uma vez que o constante treinamento dos confeccionistas e a disponibilidade de uma mão-de-obra desempregada no interior os tornam facilmente substituíveis se decidirem desafiar a estrutura da cooperativa ou simplesmente deixarem de ser seu membro.

Moreira detectou um aspecto positivo da implantação das cooperativas de confecções no interior do Ceará, ou seja, o acréscimo de renda para seus membros. Porém, enfatizou que o estabelecimento de tais cooperativas tem negado-lhes os direitos básicos dos demais trabalhadores assalariados brasileiros. Por outro lado, segundo ela, tais "cooperativas" “contradizem os princípios cooperativistas, como os da democracia e autonomia, constituindo-se, na realidade, em pseudo-cooperativas”. (1997: 373)

Desse modo, também para Campos (2004: 276) “a contratação da mão-de-obra terceirizada, através do sistema cooperativista de trabalho, quando emerge desvinculada do ideário de auto-gestão democrática, constitui apenas uma estratégia por parte do setor empresarial e do setor público para adequar-se a uma gestão organizacional mais enxuta³”. Segundo o autor, no bojo dos discursos da austeridade fiscal e dos custos competitivos dos programas de qualidade implantados nesses espaços organizacionais, o que se observa, na realidade, é que as cooperativas de trabalho estão sendo utilizadas, na sua grande maioria, exclusivamente como um mecanismo de redução de custos de mão-de-obra, principalmente no que se refere aos encargos sociais, tanto pelo setor empresarial, como pelo setor público municipal. (CAMPOS, 2004) Este comenta que, em muitas experiências concretas, várias cooperativas têm se tornado uma forma de inclusão de trabalhadores às formas precarizadas de trabalho.

“Diante do acirramento da competitividade das empresas e das exigências crescentes de qualidade, a tendência observada nessas empresas é de reduzir os custos com mão-de-obra”, ampliando, por consequência, o proletariado precarizado e a contratação de trabalhadores flexíveis. Assim, proliferam-se as conhecidas “gato-cooperativas”, que são instituídas sem o cumprimento dos requisitos básicos definidos na legislação cooperativista. Burlando a lei, essas cooperativas de fachada substituem relações empregatícias dos trabalhadores por outras mais precárias, na medida em que os empregados são privados das mais elementares garantias trabalhistas. (CAMPOS, 2004: 277)

Para o autor (2004), a inclusão marginal se efetiva quando as cooperativas passam a incorporar parcelas de trabalhadores desempregados

³ A mesma constatação é feita por Melo (1997) e Guimarães; Korosue; Oliveira (2003).

em uma lógica de exploração, fundamentada na utilização de trabalhadores terceirizados e precarizados. Nessa lógica de inclusão precária, tem-se reduzido o contingente de trabalhadores formais de carteira assinada e aumentado os destituídos de direitos e de proteção social. E como ainda relata, motivados enganosamente pelo discurso ideológico da “cooperação” e da “ajuda mútua”, e ameaçados pelo desemprego, os trabalhadores acabam por não ter outra alternativa de garantir o seu sustento, a não ser se submetendo a essas novas formas de precarização das condições de trabalho, que a atual dinâmica de reestruturação produtiva enseja. Por isso, para Campos, nem sempre a estratégia das soluções cooperativas e associativas se efetiva como uma possibilidade frente ao desemprego, pois em muitas situações, a alternativa de “estar juntos” pode se transformar em uma estratégia perversa de exclusão.

Nesse contexto, a proliferação do sistema cooperativista de trabalho hoje apresenta uma ambigüidade motivacional. “Muitas cooperativas de trabalho acabam criando as condições objetivas para a produção e reprodução social dos trabalhadores flexíveis, tão funcionais às instabilidades conjunturais a que estão sujeitas as empresas.” (CAMPOS, 2005: 279) Para alguns empresários, a possibilidade de contratar *trabalhadores cooperativados*, de forma terceirizada, aparece como uma fórmula mágica, para adequar suas empresas a uma gestão organizacional mais enxuta e competitiva. Em sua pesquisa constatou a baixa remuneração dos cooperados terceirizados, revelando um quadro social preocupante, pois a desregulamentação trabalhista obtida com a legislação cooperativista, em princípio, deveria permitir rendimentos um pouco superiores aos contratos de trabalho formais, já que na relação formal anterior, os encargos sociais elevam os custos da força de trabalho.

Como já bem comentou Olson (1993), as cooperativas podem parecer na superfície, semelhantes a outras organizações capitalistas. No entanto, o que diferencia as cooperativas de outras organizações mercantis é o fato de que seus membros possuem os meios de produção e têm poder de decidir quando e que tipo de trabalho eles irão executar, e como os lucros e as perdas serão distribuídos entre eles.

A Cooperativa Pode Agregar as Duas Características? Mesmo Como “Ponta Precária”, pode ser uma Alternativa de Emprego e Renda?

Tentando responder a esta hipótese de pesquisa, relataremos abaixo as experiências detectadas na região de Cianorte, no distrito de Marabá⁴. Os relatos que se seguem são frutos de uma pesquisa de campo, realizada com o objetivo de captar aspectos essenciais do universo do trabalho cooperativo no segmento de confecções no distrito de Marabá, que envolveu entrevistas, em

⁴ Além da reflexão em torno da bibliografia básica, para realizar essa discussão nos apoiaremos em alguns resultados de entrevistas semi-estruturadas, realizadas em 2006, com costureiras da Cooperativa de Costura de Marabá, localizada aos arredores do município de Cianorte. A pesquisa também foi feita na Cooperativa de São Lourenço, porém os dados dessa análise, não foram no presente artigo.

junho de 2006, com cinco costureiras. Todas as entrevistadas com idade entre 35 e 58 anos. A pesquisa⁵, realizada no quinto ano de funcionamento da cooperativa, foi orientada pela aplicação de um questionário, com questões abertas e objetivas. As respostas foram agrupadas em diferentes categorias de análise: gênese da cooperativa; remuneração e jornada de trabalho; qualificação; meios de produção; vantagens e desvantagens; relacionamento com a direção e com a empresa contratante; e divisão de responsabilidades.

Gênese da Cooperativa

Como diz Lins (2001) a transferência de atividades para capacidades produtivas externas, tanto empresas de menor porte (formais ou não) quanto trabalhadores à domicílio, ou seja, a externalização produtiva, fortalecida em contexto de retração das oportunidades de emprego, encorajou numerosos processos de criação de cooperativas de trabalho. Esse processo explica, em parte, a gênese da Cooperativa de Costureiras de Marabá.

A Cooperativa de Costura de Marabá foi criada em 2001, pelo que indicam as entrevistas, a partir da iniciativa da empresa contratante, num período de reestruturação produtiva e de externalização/subcontratação de atividades. A estrutura inicial criada não resultou de decisão das próprias costureiras, nem a cooperativa organizada posteriormente, o que remete a um importante fator a ser assinalado como “desvio” de um dos elementos básicos do cooperativismo. Esta herdou uma estrutura empresarial, instalou-se em meio à precariedade das condições de vida das costureiras locais, às irrevogáveis restrições financeiras e à falta de profissionalização, noção de administração, gestão e de cooperativismo das associadas.

De acordo com Rosa, que, em 2006, trabalhava na cooperativa há quatro anos, um vereador (VA) da cidade de Tuneiras do Oeste procurou o dono (FR) da fábrica (FK) e ambos planejaram o primeiro curso de qualificação das costureiras locais, “mulheres, que em sua maioria, se encontravam desempregadas na época, eram donas de casa ou haviam sido demitidas da atual empresa contratante”. O curso, que segundo as entrevistadas, foi a base para a criação do primeiro grupo de costureiras, desmembrou-se em duas etapas. Rosa narrou que “quem se sobressaía nas primeiras etapas do curso era escolhido para participar do grupo, que dias depois daria início a cooperativa”. Nesse período, muitas costureiras, que posteriormente compuseram a cooperativa, não possuíam máquinas de costura em casa. A ausência desses equipamentos também influenciou no início da cooperativa, pois no barracão possuíam uma estrutura tecnológica mínima para iniciar os trabalhos de costura.

Nas entrevistas, observou-se que, para algumas costureiras, o grupo inicial, que posteriormente transformou-se na cooperativa, nasceu do desdobramento de uma proposta de profissionalização popular implementada pela prefeitura e gerenciada pelo então atual presidente da cooperativa. Elas tinham consciência de que a decisão de criar esse grupo e a cooperativa não tinha sido exatamente espontânea. No entanto, estas três evitaram mencionar

⁵ As mulheres, em comum acordo, optaram por se auto-intitular com nome de flores. Assim, acatando a proposta: denominamo-las: Rosa, Hortência, Orquídea, Margarida e Copo de Leite.

a influência direta de VA na organização da equipe para a empresa contratante, ou representaram na fala exatamente o que lhes foi facultado. Margarida foi a única entrevistada que, mostrou conhecer a gênese do grupo e as razões que levaram a empresa contratante a transformá-lo em uma cooperativa;

[...] foi selecionado um grupinho pelo FA da Alfark, dono da empresa, que tem mais de 200 funcionários e que há três anos atrás trabalhava em Cianorte. Comecei a trabalhar nesse grupinho, mas tinha que registrar. Começou a aparecer gente de fora, entrar no meio, dizendo que não podia trabalhar daquele jeito. E não pode mesmo! Tinha que registrar, mas aí já tinha passado uns oito meses mais ou menos. Aí ele resolveu formar tipo uma cooperativa. (Margarida)

Nas falas da entrevistada vê-se os paradoxos da luta/consciência/ausência dos direitos. Ao que tudo indica, a opção de transformar institucionalmente o grupo de trabalho numa cooperativa, representou uma forma de dar continuidade ao trabalho sem registro e cessar as denúncias de pessoas e grupos locais, sem burlar os direitos trabalhistas.

O grupo inicial era composto por seis mulheres que aprenderam a costurar no curso oferecido pela empresa contratante, sob influência do vereador. A essas mulheres foi destinada a responsabilidade de qualificar outras mulheres do distrito, que pudessem prestar serviço à empresa contratante, sem registro em carteira e sem as garantias trabalhistas mínimas. Segundo Margarida este grupo de costureiras pioneiras ganhava de cem a cento e cinquenta reais para ensinar as novas a costurarem. As recém-contratadas trabalhavam, sem carteira assinada e sem remuneração, durante o período de aprendizado. Caso passassem no teste de um mês, eram contratadas pela cooperativa. Do contrário, eram demitidas e nada recebiam nesse ato.

Em outro relato, ficou bem claro que a criação da cooperativa justificou-se pela preocupação da empresa contratante com a fiscalização, como uma forma de escapar da legislação trabalhista.

Aí o homem lá disse que a gente não podia trabalhar daquele jeito. A cooperativa funcionava num salão no fundo de uma casa de uma costureira que era de Tapejara. Foi indo até que o prefeito cedeu o salão que antes era um salão de baile que estava abandonado. (Margarida)

Nos depoimentos abaixo, da mesma costureira, vemos que o processo de abertura da cooperativa, nos moldes previstos pela empresa contratante não foi tão harmonioso, como pareciam indicar os relatos de outras trabalhadoras. Margarida demonstra o impasse que surgiu no início da organização e que persistiu depois. Mas, algo que não é exclusivo nessa fala, insistimos em mostrar a confiança nas ações da direção por parte das cooperadas.

na época tinha 3 grupos que trabalhavam com costura em Marabá. Um deles era uma fábrica. Como a gente começou e as pessoas foram vendo a gente ensinando, foram se interessando e uma foi

entregando a outra, para não deixar ir para frente. Aí um grupo até registrou, um japonês de Cianorte. Aí nós pensamos, como eles trabalham registrados nós também temos que ser. Mas daí nós não tínhamos roupa para costurar para fora. Daí veio um escritório de um pessoal lá de Tapejara, conversou com a gente e nos disse: “você podem trabalhar assim, no primeiro mês sem registro. Mas nós não podíamos trabalhar daquele jeito, ou o VA registrávanos ou parávamos. Foi daí que o pessoal do escritório deu a idéia de trabalharmos como cooperativa. O VA foi atrás para abrir uma cooperativa e assim nós estamos até hoje. As outras pararam. (Margarida)

Qualificação

Qualificar um grupo de mulheres, em geral, desempregadas, para a função de costureira, foi a justificativa dada pelos representantes da empresa contratante e da política local, que fomentaram a constituição da cooperativa (FR e VA). Essas trabalhadoras tinham experiências distintas em relação ao contato com a máquina de costura. Segundo Rosa, “aprendi a costurar com outras duas costureiras em um curso que me ensinou a montar uma camisa inteira numa máquina de costura reta. Antes não sabia costurar.”

Margarida, com quarenta e quatro anos de idade e trinta anos como costureira, nos relatou;

aprendi a costurar com 11 anos de idade. Não me sentava na máquina. Com 16 anos apareceu meu primeiro emprego em Marabá. Não queria me dar o serviço porque eu era de menor daí foram conversar com meus pais [...] casei, parei, fiquei dez anos morando em uma fazenda. Lá costurava em casa para uma vizinha. Sempre costurando, mas nunca registrada.

Com 58 anos, Orquídea, a trabalhadora com mais idade na cooperativa hoje, contou que aprendeu a costurar em 1977, com uma professora do Sindicato, em Tapejara, sofrendo muito porque tinha uma hérnia de disco na coluna. Enfatizou o sofrimento no aprendizado e no trabalho, no decorrer dos anos, como costureira. A mesma trabalhou muitos anos na lavoura e depois na fábrica (FK), em Tuneiras do Oeste, empresa que contrata hoje os serviços da cooperativa. Orquídea só se afastou do antigo emprego, segundo ela, por ter sofrido um acidente com um ônibus, fato que a obrigou a ficar muitos dias na inatividade. De acordo com sua fala, “dando muito prejuízo para a empresa”. Depois de sair da fábrica (FK), em menos de 2 meses ingressou na Cooperativa de Costureiras de Marabá.

Copo de Leite, com idade aproximada entre 35 anos e 37 anos, afirmou ter aprendido a costurar há dez anos atrás numa fábrica da região.

Em 2006, o processo de qualificação instaurado na cooperativa, ainda permitia admitir uma pessoa para costurar por um mês, na condição de aprendiz, mas sem lhe facultar direitos de receber qualquer quantia no final desse tempo de experiência. Como indicam os depoimentos, naquele momento, algumas pessoas estavam submetidas a esse tipo de contrato.

Agora tem um novo jeito de contratar as costureiras. Eles pegam uma mulher para costurar por um mês para ela aprender, como se fosse um tempo de experiência, mas ela não recebe nada nesse

mês. Se no final eles gostarem dela, fica contratada. Eu concordo com isso. (Copo de Leite)

Há ainda a questão da baixa escolaridade das costureiras cooperadas, que, sem opções e sem condições de se deslocarem do distrito para continuarem os estudos (20 Km de Cianorte e de Tuneiras do Oeste), e em meio à precariedade das condições sociais, viam nas filhas a repetição de suas histórias de vida.

Gostaria bastante que minhas filhas fossem costureiras também. Tenho 3 meninas. E tenho 3 irmãs costureiras. Porque é o serviço mais fácil que está tendo. Os outros serviços exigem muitos estudos. Aqui elas só conseguirão tirar o Ensino Médio. A gente não tem condições de pagar mais para estudarem. E para costurar não precisa tanto. Eu só tirei até a 8ª série porque como tinha que estudar fora meu pai não deixava. Eu teria que estudar em Tuneiras, mas ele não deixou. Aí parei. Se fosse para voltar não voltaria. Tenho tanta preocupação que não tenho mais cabeça para estudar. (Hortência)

Podemos destacar duas questões desse relato, entre tantas outras. Primeiro, a consciência da trabalhadora das suas próprias condições sociais e expectativas de vida profissional. Ela sabia que a sua função, e posteriormente das filhas, exigia pouca escolaridade. Segundo, o cansaço e o estresse que a lida com a costura proporcionava a estas mulheres. Fica explícito mais nos gestos e na fisionomia, do que na própria fala da entrevistada, as forças *quase minadas* pelo trabalho mecânico e árduo.

Remuneração e Jornada de trabalho

As mulheres entrevistadas declararam confeccionar camisas de porte fino e algumas dominar todos os processos de fabricação da peça. Algumas costureiras possuíam o conhecimento de todas as etapas da costura, mas só realizavam esses encargos em caso de escassez ou excesso de demanda de trabalho. Rotineiramente, cada costureira realizava apenas um tipo de trabalho dentro da cooperativa. A atividade de casear, pregar e encapar botões foi destinada a dois rapazes que trabalham com elas há dois anos consecutivos, sendo esses os únicos homens entre os 27 trabalhadores associados. As costureiras recebiam peças de camisas já cortadas, em alguns momentos linhas e outros acessórios, cujos preços eram descontados no pagamento pelo serviço e entregavam o produto pronto, responsabilizando-se pelo transporte. “Na fábrica, essas peças eram embaladas e algumas exportadas”, contou Rosa.

As costureiras disseram cumprir uma carga horária diária de nove horas de trabalho, com uma hora e quinze minutos de almoço e quinze minutos de café. Elas entravam no trabalho às 7 horas da manhã e saíam às 17:30 horas. As trabalhadoras não tinham direito às férias. Quando se afastavam alguns dias do trabalho, por doenças, viagens, ou qualquer outro motivo, lhes eram descontadas horas e salário. “Não temos férias. Não somos registradas.

Tiramos todos juntos 15 dias no final do ano. Eu não tiro férias!” Comentou Orquídea.

Geralmente não trabalhavam nos finais de semana, apenas quando havia excesso de demanda de trabalho. Nesse caso esporádico, cumpriam meia carga horária diária. Quando a questionamos a respeito da remuneração adquirida com o trabalho na cooperativa, Rosa argumentou, “já consegui retirar como pagamento 450 reais. Mas esse ano, com o fracasso do serviço, tiramos 250 reais como pagamento. Agora é que as coisas estão melhorando.” Margarida confirmou depois a questão, “dá para tirar um salário, só no começo desse ano não deu porque ficou fraco de serviço. Ficamos sem trabalhar. Assim, ficamos sem receber.”

Copo de Leite falou das desvantagens em relação ao pagamento que recebia no emprego anterior, “na cooperativa ganho bem menos que ganhava no último emprego (onde era assalariada). Em Marabá a costureira ganha muito pouco.” A costureira estendeu o problema para a localidade. Perguntamos à ela se já havia tido um mês em que as costureiras chegaram a receber menos que um salário mínimo na cooperativa. Copo de Leite e Hortência riram muito e entoaram ambas: “Tem mês???” “Tem! Lógico!” “Quase todos!” a entrevistada comentou a falta de critérios da direção da cooperativa com as faltas das costureiras;

Se faltar meio dia, só ganha o outro meio dia. Eles marcam a falta lá, tanto faz o motivo. Se for por doença, qualquer motivo. Se não for não ganha. Pode ter machucado ali mesmo que não ganha. Se tira do salário. No outro emprego eu tirava bem mais de salário, mas lá fechou. (Copo de leite)

Rosa contou que o índice de produção da cooperativa oscilava de acordo com o nível de produção da fábrica contratante: “Se a FK tiver bem de serviço, a cooperativa também está. Aí ela não pára. Só no começo desse ano, não tinha serviço porque lá na fábrica também não tinha. Tudo depende de lá.” Questionamos as entrevistadas a respeito do recebimento do 13º. salário. As respostas de não recebimento, em função da ausência de registro em carteira foram claras.

Meios de produção

As costureiras da cooperativa não eram donas das dependências que ocupavam e boa parte do maquinário que utilizavam estava registrado em seus nomes. As instalações eram emprestadas pela prefeitura municipal, que também permitia o uso de algumas máquinas de propriedade pública. Outras máquinas foram cedidas em regime de comodato pela empresa que terceiriza a produção, o que tornava ainda mais forte o vínculo entre esta e a cooperativa. VA é quem se responsabilizava pela manutenção das máquinas, compra das peças, fiscalização do uso e cobrança das despesas da cooperativa. Isso aumentava a dependência das costureiras em relação à sua pessoa. Além do trabalho de administrador, gestor de recursos humanos e responsável pelo

transporte, este exercia o ofício de mecânico da cooperativa. Mas as peças eram compradas pela entidade e descontadas, no final do mês, no pagamento das costureiras.

Pôde-se perceber a situação precária do local de trabalho das costureiras. A cooperativa funcionava num antigo salão de festa, na verdade, um galpão cercado por matos, gramas altas, vidros quebrados com pouquíssima ventilação. E como diz Hortência, “sem água encanada”. Não conseguimos saber se as costureiras pagavam aluguel pelo uso do galpão. Não tivemos como fazer uma visita para conhecer todo o ambiente interno da cooperativa. Mas os relatos fornecidos pelas costureiras dão conta de descrever um ambiente com complicadas condições de trabalho. Sobre problemas de saúde relacionados às condições de trabalho, poucas aceitaram responder, apenas Rosa reclamou muito das dores nas costas sentidas pelo fato de trabalhar costurando sentada o dia todo.

Vantagens e Desvantagens

Muitas compartilhavam do ponto de vista de que trabalhar na cooperativa representava vantagem. O principal motivo relacionava-se ao convívio social, depois ao fato de estarem empregadas e trabalhando próximo às suas residências, comparativamente às situações anteriores, podendo, inclusive, almoçarem e lancharem em suas próprias casas junto a seus familiares. Algumas mencionaram como vantagem a independência adquirida com o trabalho, mas essa vantagem foi relacionada apenas por duas costureiras à idéia de que se é “dona do próprio negócio”. Assim nos é relatado a vantagem de obterem, no trabalho próximo da casa, certa “flexibilidade” de horário, um atributo especialmente criticado por umas das costureiras.

Copo de leite, ex-assalariada, acentuou a precariedade nas condições de trabalho que havia aumentado devido à falta de registro em carteira na cooperativa, à ausência de estímulos ao aperfeiçoamento profissional, ao não recolhimento do INSS, chegando a mencionar o desejo de falência da cooperativa. Ela declarou preferir estar trabalhando como assalariada, pela expectativa de um maior nível de renda e de estabilidade no recebimento. Demonstrou-se “decepcionada” com a cooperativa, embora declarasse acreditar que frente às condições atuais de mercado, possíveis no distrito, “não parece haver outra esperança para as costureiras locais”.

Já os relatos de Margarida oscilaram entre as reclamações pelo fato de poder desfrutar de poucos momentos com a família e a vanglória ao recordar as dificuldades vivenciadas no emprego anterior, que a permitia menos tempo ainda de lazer e descanso.

Além de trabalhar ao lado de casa, Copo de Leite disse ver como vantagem o fato de permanecer o dia entre as amigas: “minha alegria é porque todo mundo que está ali é amigo. Acho que é uma amizade muito forte. Todos são legais.” Porém, em meio ao diálogo de vantagens e desvantagens, onde imperou a proximidade do trabalho, todas foram unânimes em ressaltar como a jornada de trabalho não terminava, quando saíam da cooperativa no final da tarde.

Quando pedimos que elencassem algumas desvantagens em relação ao trabalho na cooperativa, as respostas foram variadas. “A dificuldade é que é um tipo de uma cooperativa; na parte da saúde também. A cooperativa não dá aquela assistência como se fosse um emprego registrado [...]” O depoimento de Margarida mostra como esta resume as desvantagens de trabalhar numa cooperativa. A mesma que, em distintos momentos, enaltecia a pessoa do vereador, mostrou sentir-se prejudicada com a ausência de direitos trabalhistas, segundo ela, devido ao grupo de trabalho ter se transformado em uma cooperativa.

Sua fala mostrou também as estratégias usadas pela empresa contratante, sob o “comando” e influência decisiva do vereador, para resolver questões como: licença maternidade, acidentes, ausências por motivos de doença, fazendo registros provisórios das trabalhadoras na empresa contratante (FK).

Hortência também registrou como a maior dificuldade, o fato de não ter direitos trabalhistas garantidos na cooperativa. Segundo ela: “a dificuldade que vejo é que, se fosse registrado, se fosse uma fábrica para chegar no final do ano e ter o direito que todos têm, como férias, INSS, 13º, seria melhor... Não pagamos o INSS. Estou há 5 anos na cooperativa.

Copo de Leite relacionou a desvantagem à ausência do poder de decisão das cooperadas e aos baixos salários.

Vimos que muitas mulheres, além do trabalho doméstico e da cooperativa, assumem outros serviços para tentar ampliar a renda. “Minha alegria é ver as pessoas com as roupas que a gente costura. Não costuro para fora porque não dá tempo, mas bordo, pego as peças de uma mulher daqui e bordo a noite.” (Hortência) Quando não se submetem à uma nova contratação precária de trabalho, dão continuidade aos trabalhos domésticos.

“Faço um pouco de serviço em casa na hora do almoço e mais tarde. A minha menina chega da escola e também faz. O meu marido faz. Tenho 1 hora e 15 minutos de almoço, é pouco [...]”. (Hortência). À ela indagamos se se sentia como uma das “donas” da cooperativa. A mesma não respondeu. Voltamos a perguntar, só depois de um tempo considerável disse: “sei lá. Somos todas conhecidas, uma ajuda a outra!” Da fala interpretamos a consciência da força que representavam juntas, pelas relações sociais que trocavam dia-a-dia a condição que vivenciavam, mesmo sendo influenciadas pela empresa contratante e pela política institucional local.

Divisão de responsabilidades

Ao que tudo indica, as costureiras eram responsáveis pelos gastos, mas sem terem autonomia para gestioná-los. “São donas da cooperativa, no dia de dividir as despesas.” Como comentaram Copo de Leite e Hortência. Posição diferenciada pode ser visualizada na fala de Rosa: “nós pagamos tudo, do que fazemos é dividido as despesas: compra de agulhas, luz, concertos de máquinas. Depois se tira o salário de todo mundo. É como se cada um desse um pouquinho. Mas as despesas são geralmente poucas”.

O espírito de pertencimento e de cooperação que aparece no relato da trabalhadora precisa ser relativizado no fato dela ser irmã de VA. Já nas

palavras de Margarida fica explícito a confiança nas ações da direção da cooperativa, mesmo demonstrando, em outros momentos, não concordar muito com o modo como é feita a gestão do trabalho:

O que gastar no final do mês é descontado. Se gastar cem reais com alguma despesa é descontado no pagamento da gente. Nós pagamos energia e manutenção das máquinas. Se quebra uma peça VA compra, faz a nota. Tem uma escrivadinha e uma gaveta onde ficam todas as notas na caderneta. Se der 500 reais de prejuízo é ele que soma. A caderneta está lá, a gente sabe e será descontado.

As costureiras informaram como funcionava o regime de produção e deixaram claro a extensão da fábrica na cooperativa, ao mencionarem sobre a disciplina, o controle do ritmo de trabalho e de qualidade, a diferenciação dos tipos de remuneração, a hierarquização de tarefas e a relação mantida entre as costureiras e as pessoas da direção. Segundo Copo de Leite, a empresa contratante pagava 2,40 por cada camisa de manga longa. “Depois de pagar as despesas, o que sobra vira salário.” Nesse ponto, outro impasse pôde ser percebido. As costureiras possuíam dúvidas em relação ao preço pago pela empresa contratante à cada peça costurada. A dúvida se misturava às incertezas e desconfianças nas falas de Hortência e Copo de Leite. Ambas pareciam saber outras informações. No entanto, mostraram-se acometidas pelo temor da perda do emprego e das retaliações que poderiam vir a sofrer concedendo-nos tais informações. Como Margarida havia comentado sobre a vantagem de receber por produção na cooperativa, fizemos essa indagação a Copo de Leite.

Não sei se daria para recebermos por produção, porque nesse caso teríamos que fazer a peça inteira. Mas acho que teria que ser por produção sim. Teríamos que marcar a produção no papel. Cada um ganharia pelo que fez. O trabalho é desigual, porque tem diferença. Exemplo, se eu cumprir minha meta e ainda fizer mais coisa eu ganharia mais, meu salário seria melhor. Se bem que tem o risco de ficarmos individualistas. Ali onde nós trabalhamos muita gente não sabe fazer de tudo um pouco, às vezes tem um que só sabe fazer aquilo e isso prejudica o grupo, porque uns fazem mais e outros fazem menos. Claramente aquele que faz menos sai ganhando e aquele que faz mais sai perdendo. [...] Gosto do que eu faço, não tenho queixa. Faço de tudo um pouco. Meu serviço é fazer barra. Nunca fico o dia todo fazendo barra. Fico uma hora, mais ou menos nisso e vou fazer outro serviço. Mas não ficando o dia todo na barra, sempre faço a meta. (Copo de Leite)

Hortência fala da impossibilidade de trabalharem por produção, relacionando tal dificuldade com o tipo de divisão de trabalho mantido na cooperativa: “não dá para ganhar por produção na cooperativa porque só tem uma fechadeira.”

Sobre as etapas de produção dentro da cooperativa, soubemos que haviam mulheres especializadas em costura reta, acabamento, costura em overloque. A distribuição das associadas fazia-se respeitando a experiência e a capacidade técnica individual, quando necessária, a substituição de tarefas ocorria, mas sob alguns constrangimentos. Esses relatos mostram a ausência

de um autêntico espírito cooperativo entre as costureiras. Retrata também a ausência de conhecimento sobre o trabalho cooperativo e a continuidade da fábrica no trabalho das costureiras.

Muitas lamentaram também a ausência de um planejamento organizacional respaldado em objetivos definidos coletivamente. Esses fatores certamente colaboravam para a reprodução do modelo vertical das relações laborais nos processos decisórios da cooperativa, comprometendo a construção de um empreendimento social, com base solidária. Ali, verificamos não sobrar muito espaço para o aprendizado cooperativo, e, além disso, algumas pessoas, com maior visão gerencial e experiência administrativa, pareciam aproveitar da situação para manter a cooperativa na atual situação.

Há uma multiplicidade de situações que podem ser mais profundamente investigadas, mas de antemão pode-se afirmar que a cooperativa analisada era, naquele momento, uma extensão precarizada da fábrica. O ritmo e a organização do trabalho era ditado pela empresa que externalizava a produção e o presidente exercia influência decisiva nos rumos da cooperativa. Foi consenso na concepção da maioria das entrevistadas que, mesmo a cooperativa sendo registrada no nome delas, a falência era declarada na ausência do diretor.

Relacionamento com a Direção e com a Empresa Contratante

Pudemos verificar, através das observações realizadas a campo, que a empresa contratante usava a cooperativa com o objetivo de reduzir ainda mais seus custos, pela possibilidade de fazer uso legal de um tipo de trabalho desprovido dos encargos sociais. Os cooperados não contavam com a proteção sindical e as leis trabalhistas. Entre gerência e trabalhadores havia um nível quase familiar, um relacionamento muitas vezes harmônico. Esta cordialidade, por outro lado, facilitava o maior controle sobre o trabalho.

A cooperativa estava inteiramente subordinada às exigências da empresa contratante, especialmente por esta ser responsável pela determinação das decisões referentes à produção, como os prazos de entrega, o volume da produção e os preços das camisas costuradas.

No caso de Marabá, três trabalhadoras haviam sido demitidas da fábrica e depois recontratadas pela cooperativa. Este fato tornava mais forte a manutenção das mesmas características existentes do antigo trabalho assalariado, em termos de subordinação das regras do contratante, para estas mulheres que ainda chamavam de “patrão” o presidente da cooperativa. Nas falas, surgiram enormes ambigüidades quando se interroga sobre a relação delas com a direção da cooperativa.

Em várias situações Orquídea mostrou a sua concepção sobre a cooperativa, ou seja, para ela o trabalho exercido era a continuidade da fábrica. Quando lhe perguntamos há quanto tempo trabalhava na cooperativa, sem titubear ela respondeu: “12 anos no total.” A costureira não separa, na fala, a fábrica da cooperativa.

Copo de Leite faz questão de distinguir a relação mantida por ela com as costureiras da relação estabelecida entre elas e a direção da cooperativa. A costureira é entrevistada por nós em companhia de Hortência,

que, com gestos muito claros, mesmo temerosa, demonstrar confirmar tais informações. As costureiras que antes de ingressarem na cooperativa, foram empregadas da empresa contratante, expressaram a continuidade da empresa no trabalho, agora cooperativo.

Ao perguntarmos a Copo de Leite e a Hortência sobre o poder de decisão das cooperadas nas reuniões ou assembléias, ambas deram longas gargalhadas, indicando as respostas que viriam logo depois. As informações fornecidas por Hortência, nos permitem pensar que as relações sociais internas na cooperativa nem sempre eram amistosas como Rosa tentava mostrar. Para Hortência torna-se comprometido o espírito de pertencimento coletivo, a partir do momento que eram cerceadas de agirem com autonomia e liberdade dentro da cooperativa. Aproveitando o contexto, solicitamos informações sobre a participação delas na elaboração do estatuto da cooperativa. Em relação a pergunta, Copo de Leite mencionou: “não fomos convidadas para ver estatuto. Teve um negócio lá uma vez (ambas riram muito). Teve um homem que foi lá para explicar como seria se acaso a gente quisesse que fosse uma cooperativa e só.”

As cinco costureiras confirmaram que “a cooperativa possuía um estatuto, mas que além de não serem convidadas a elaborarem tal regimento, nenhuma delas sequer podia tocá-lo.” As trabalhadoras desconheciam o regulamento da organização e afirmaram não terem idéia da utilidade de um estatuto numa cooperativa de trabalho.

A idéia de falta de perspectiva relaciona-se à ausência de autonomia e poder de decisão das trabalhadoras, especialmente à Copo de Leite, que via, com mais clareza, as mazelas do regime e das condições de trabalho propiciadas pela empresa contratante aos trabalhadores da cooperativa de costura. No processo de criação da cooperativa, quando eram um grupo de mulheres costureiras, observou-se forte envolvimento externo. Este perdurou, interferindo depois em todas as ações da cooperativa, exercendo poder decisivo sobre toda a organização.

Soubemos que percebendo a situação de precariedade e recebendo reclamações por parte de algumas trabalhadoras, o Sindicato das Costureiras visitou a cooperativa, conversou com a direção e depois fez uma reunião com as cooperadas. Mas a reunião não surtiu efeito positivo. A representante da entidade sindical incentivou as costureiras a trabalharem sem a presença da direção, mas percebeu de imediato o medo que as mulheres sentiam em liderar tal ação. O diretor ameaçava cortar os vínculos de trabalho da cooperativa com a empresa contratante. E as costureiras temiam, que, além disso, ele interrompesse qualquer outro tipo de contrato de trabalho da organização com as empresas locais, dado o prestígio político que possuía na região.

Além disso, a relação que as trabalhadoras locais possuíam com o sindicato da categoria eram muito frágeis, quase inexistentes. As mulheres mantinham vínculos sociais estáveis e permanentes com o presidente da cooperativa que conduzia e controlava, com o auxílio de sua família, todo o processo ligado à produção das camisas. Ele mesmo realiza o controle de qualidade, com o auxílio da filha, que possuía o cargo de “revisadora e croanalista” A fiscalização da qualidade também ocorria na empresa contratante, por amostragem, segundo informações obtidas entre as

costureiras. Para tornar mais eficiente a organização do trabalho, com vistas a produzir cada vez mais, a cooperativa combinava práticas tayloristas, ou seja, a introdução de grupos de trabalho com o controle rígido – a cronometragem do tempo gasto por cada costureira para realizar a sua função. Com o uso do cronômetro, passou a ser exigido delas o cumprimento do tempo exato e um novo comportamento de envolvimento e colaboração com a produtividade.

Assim, dentro do ambiente de trabalho, uma acabou por controlar o impulso da outra. Mas isso também gerou desconfortos. Disseminou-se, pouco a pouco, a concorrência e a pressão para o trabalho, vindos inclusive das pessoas mais próximas. Enfim, com o objetivo de aumentar a produtividade, pela maior extração do sobretrabalho durante cada hora trabalhada, a empresa contratante, por meio da cooperativa, podia estar causando danos à saúde das trabalhadoras, uma vez que cronometrando o ritmo do tempo de produção, se intensificou o ritmo de trabalho. As entrevistadas indicaram certa precariedade no trabalho, pela alternância entre as fases de encomendas volumosas e fases de poucas atividades. Não sendo registradas e ganhando por produção, suas condições se tornaram mais vulneráveis, incertas e inseguras. Na verdade, as relações entre a cooperativa e a empresa contratante desenrolavam-se sob o signo da sazonalidade, o que representava pouca estabilidade nos fluxos de produção, que passava a refletir diretamente sobre os rendimentos dos associados. Foi possível perceber ainda como as relações políticas locais e de parentesco interferiam diretamente nas “leituras” desses atores sobre o significado da cooperativa de trabalho.

Marabá: Alternativas Precárias na Geração de Emprego e Renda

Há como pensarmos diferentes aspectos dessa experiência de relações de trabalho no setor, mas há também como refleti-la sob dois pontos de vista, a nosso ver, que se retraem e se convergem entre si. Falamos da precariedade, que marcava⁶ as relações, gestões e ambientes de trabalho nas duas localidades e também de uma luta por melhores condições, às vezes pela sobrevivência, que sublinhava a vida e a história dessas diferentes mulheres.

De antemão, quanto ao primeiro aspecto, as condições de trabalho descritas pelas entrevistadas nos fazem refletir sobre o mau uso do cooperativismo, no caso de Marabá, restrito apenas à dimensão da gestão empresarial - com a influência decisiva da política local - voltada mais para o barateamento dos custos relativos aos encargos trabalhistas do que à uma alternativa de trabalho e renda para as costureiras locais.

Em Marabá, ao que tudo indica, o trabalho dos cooperados só era diferente do trabalho dos trabalhadores assalariados no que tangia à ausência de direitos formais e à menor remuneração. A situação desses(as) trabalhadores(as) era bem aproximada ao que Singer descreveu (1999a: 41): “um grupo de trabalhadores, arregimentados por um agente do empregador,

⁶ Utilizarei o passado como tempo verbal, dado o fato da cooperativa pesquisada ter sido desativada no ano anterior (2007), passando a constituir-se em uma fábrica. Os dados referentes à estas mudanças constam na tese de doutorado (em conclusão).

formalmente organizado enquanto cooperativa, vendendo os seus direitos como se fossem contratados, perdendo os direitos trabalhistas normais.”

Dentro desse primeiro ponto de vista, dizemos que mesmo acenando para certas possibilidades de segurança para os(as) trabalhadores(as), sem muitas expectativas frente à realidade do mercado de trabalho local, a cooperativa de Marabá mostrava-se como experiência concreta de deterioração das condições de trabalho, especialmente para as mulheres, dentro da cadeia de subcontratação do setor. E sabemos que esse fenômeno não era e não é típico da realidade local. Como já analisou Lima, em outra realidade brasileira. Desse modo, é possível entender porque dificilmente “os trabalhadores entendem as características e peculiaridades de uma cooperativa, considerando-a uma empresa semelhante às outras, exceto pela inexistência dos direitos que a empresa convencional garante aos empregados.” (LIMA, 2004: 21)

Um segundo aspecto pôde ser visualizado nessa experiência. Referimo-nos ao que esta entidade representava à melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas. Constatou-se uma heterogeneidade de significados da organização cooperativa para as trabalhadoras, num ambiente de redução de possibilidades e de conseqüente agravamento das condições de vida, mas também a produção e a consolidação de um ambiente de aprendizado social e independência financeira, frente as situações anteriores de muitas costureiras, conforme suas próprias descrições. A cooperativa de Marabá gerava e/ou mantinha oportunidades de ocupação e renda para pessoas (na maior parte mulheres) que, anteriormente, desempenhavam atividades domésticas, eram desempregadas, ajudavam os cônjuges em outras atividades, trabalhavam na lavoura, eram assalariadas da atual empresa contratante ou costureiras auxiliares em cidades vizinhas.

Por isso, a percepção da cooperativa pelas entrevistadas de Marabá, ia além de uma organização economicamente produtiva. Havia certa identidade grupal, baseada em valores de solidariedade, cooperação e ajuda mútua que marcava a convivência social entre essas mulheres. Duas costureiras chegaram a comentar a possibilidade de tornarem a “pseudocooperativa” em cooperativa, alegando o poder da colaboração existente entre os(as) cooperados(as).

A cooperativa de Marabá, por mais problemas financeiros que estivesse vivenciado, ainda se constituía em uma alternativa de renda para as trabalhadoras e em um espaço de desenvolvimento da participação, do altruísmo e do exercício da cidadania. Tal realidade nos levou a evidenciar uma pluridimensionalidade de expectativas e intenções, após a constituição de um grupo de trabalho. Expectativas em geral frustradas com o andamento das relações sociais, políticas e de trabalho, segundo explicações das entrevistadas, especialmente pelo desejo, no caso não concretizado, de se tornarem donas do próprio negócio e retirarem maior ganho econômico com o trabalho executado.

Também sabemos que uma cooperativa nem sempre emerge por iniciativa espontânea dos próprios trabalhadores, mas precisa ser conduzida por eles. “A independência e a autogestão são princípios básicos do cooperativismo.” Isso constitui fator essencial de contraste entre cooperativas

genuínas e cooperativas espúrias. (LINS, 2001: 54) Isso talvez explique, em partes, o trabalho não cooperativo visualizado na experiência.

Não só nessa região, algumas cooperativas, como já detectado por vários autores, ganharam novos formatos, descaracterizando a sua natureza e se constituindo como uma forma de assalariamento disfarçada. Mas muitos aspectos encontrados na pesquisa nos exigem ver além destes fatos. Por exemplo, as cooperadas justificam a satisfação pela possibilidade de terem uma renda, (no máximo com um salário mínimo). Isso destoa significativamente da condição de vida da maior parte das mulheres do distrito, que para gerenciarem ou auxiliarem nas despesas domésticas trabalham no corte da cana-de-açúcar ou como auxiliares de costura para faccionistas ou pequenas empresas de Cianorte e Tuneiras do Oeste. Assim a cooperativa não deixa de ser para elas uma alternativa na geração de emprego e renda, embora, em nossa análise, uma alternativa precária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, Francisco Antonio. *Trabalho, a expressão fundante da humanização*. Estudos Leopoldenses. Serie Ciências Humanas. Volume 35, n. 156, 1999, p. 29-42.

ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. Perspectiva Econômica. São Leopoldo. UNISINOS, v.32, n.96, p. 5-41, 1997. Série Cooperativismo.

BUNCHAFT, Alexandra F.; GONDIM, Sônia M. G. *A cooperativa popular de trabalho: uma contribuição à compreensão do significado de cooperativa para as costureiras do Parque São Bartolomeu em Salvador, Bahia*. O&S. v.11, n.30, mai/ago, p. 117-127, 2004. Publicação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA)

CAMPOS, Antônio Carlos de. *Arranjos produtivos no estado do Paraná: o caso do município de Cianorte*. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Economia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

GUIMARÃES, V.N., OLIVEIRA, S.R., KOROSUE, A. *Flexibilização ou precarização das condições de trabalho? O caso das cooperativas de trabalho de Santa Catarina*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho. 2003. Disponível em: WWW.race.nuca.ie.ufrj.br/abet/3req/07.doc Acesso em 06/07/03.

LIMA, Jacob Carlos _____. *O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado* Revista Brasileira de Ciências Sociais ISSN 0102-6909 Inserido em: <http://www.anpocs.org.br/rbcs/rbcs56.htm> out/2004 - Acesso em nov/2006.

LIMA, Jacob Carlos _____. *Trabalho assalariado e trabalho associado: experiências de terceirização da produção*. Comunicação apresentada ao GT Trabalho e Sociedade. XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998. Inserido em <http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte008.html> Fundação Joaquim Nabuco – textos especiais – Publicado no OBSERVANORDESTE em mar/2002 – Acesso em nov/2006.

LIMA, Jacob Carlos _____. *Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho*. In: Castro, N A; DEDECCCA, C S (orgs) A ocupação na

- América Latina: tempos muito duros. São Paulo; Rio de Janeiro. Associação latino Americana de Sociologia do Trabalho, 1998:. P. 211-229.
- LINS, Hoyêdo Nunes. *Cooperativas de Trabalhadores: opção frente à crise do emprego ou aspecto da crescente precariedade do trabalho?* Revista Nova Economia. Belo Horizonte. V.11, n.1, jul, p. 39-75. 2001.
- MOREIRA, Maria Vilma Coelho. *A Inserção da Mão-de-Obra Feminina na Indústria de Confecção no Ceará: o caso das cooperativas de confecção do Maciço de Baturité* Revista "Caderno CRH" Democracia, Cidadania e Pobreza. nº 26/27 (jan/dez 1997)
- OLSON, Jan Marie. *Skills of survival: a study of the Guatemalan cooperative system and its impact on social and economic power of rural women.* Dissertação de Mestrado. Universidade de Calgary. Calgary. 1993.
- PANGEA – CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS. Programa de Economias Sociais e Cooperativismo. (Mimeo) 1998.
- SANTOS, B de S; RODRIGUEZ, C. *Introdução: para ampliar o cânone da produção.* In: SANTOS, B de S (org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHENEIDER, J O; VICENTE, X H V. *A reestruturação produtiva e as cooperativas de trabalho.* Perspectiva Econômica, São Leopoldo, UNISINOS. v. 31, n.94, p. 39-58, 1996. Série Cooperativismo.
- SINGER, P. _____. *Economia Solidária: possibilidades e desafios.* Proposta. N. 88/89, mar/ago de 2001. p. 44 a 59.
- SINGER, P. _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo.* 2ª. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1999b.
- SINGER, P. *A crise das relações de trabalho.* In: NABUCO, M. R; CARVALHO NETO, A (orgs). Relações de Trabalho contemporâneas. Belo Horizonte: IRT (Instituto de Relações do Trabalho) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 1999^a, p. 31-45.
- TESCH, W. *Cooperativismo de trabalho: alternativa ao desemprego.* Estudos e Pesquisas. IPROS, São Paulo, CAT/PROS, n. 02, dez. 1995.